Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Para bons entendedores...

A conversa do presidente Lula com os militares, amanhã, pretende ser o marco da retomada do comando das Forças Armadas pelo poder civil constitucionalmente instalado no Planalto. A ideia do governo é tocar nos assuntos afeitos à caserna, conforme adiantou o próprio Lula em entrevista à Globonews. O recado será claro: De política, cuidamos nós. Da estrutura de defesa, contra ameaças externas, cuidam vocês.

... o recado será dado

Da parte dos militares, é preciso realinhar as Forças Armadas. Afinal, se houver punição a quem apenas participou de manifestações e saiu de perto quando percebeu o que estava em curso, vai passar ideia de perseguição.

Nem vem

A fala de Lula à Globonews deu a entender a muitos deputados que a autonomia do Banco Central incomoda o seu governo. Só tem um probleminha: A preços de hoje, não haverá maioria no Congresso para que o Poder Executivo — leia-se Ministério da Fazenda — retomar o comando da instituição.

Militares no Palácio serão restritos

As exonerações no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e nos cargos palacianos não terminaram. O governo está a cada dia mais convencido de que o coração do Poder Executivo deve ser eminentemente civil. Inclusive nessas áreas de ajudância de ordens e de inteligência.

A política volta à baila

Neste momento em que baixa a poeira dos atos de 8 de janeiro, os problemas políticos que o presidente Lula irá enfrentar começam a aparecer. O primeiro é a incerteza sobre o tamanho da base do governo na Câmara e no Senado, tema, aliás, que Lula evitou detalhar na entrevista à Globonews. E, embora haja uma unidade em defesa da democracia, esse "vamos dar as mãos" não se manterá na hora de votar os projetos no Parlamento. Até aqui, o União Brasil, como o leitor da coluna já sabe, é um poço de mágoas. Os parlamentares não se consideram representados pelo ministro Waldez Goes, indicado por Davi Alcolumbre. Um grupo de deputados se prepara para uma declaração de independência e para discutir caso a caso as votações propostas por Lula.

No MDB, apesar da boa vontade e da parceria de um grupo majoritário, o fato de o PT querer revisar o processo da presidente Dilma Rousseff e tatuar na testa dos emedebistas a tarja de golpistas teve resposta imediata do partido. Em suas redes, o MDB fez circular em letras garrafais que o governo "erra" ao chamar de golpe uma decisão do constitucional tomada pelo Congresso e STF, dois Poderes da República".



CURTIDAS



Raphael Ribeiro/BCB

O "bonitão" tem a força/ Deputados de vários partidos estão dedicados a manter o Coaf — Controle de Atividades Financeiras — no Banco Central. Entre o ministro Fernando Haddad e o BC, preferem deixar essa poderosa ferramenta com o presidente do BC, Roberto Campos Netos (**foto**), a quem as deputadas chamam de "o bonitão".

Lula leva eleitores de Bolsonaro/ Os acenos de Lula para regularizar o serviço dos trabalhadores de aplicativos fará encolher ainda mais a base do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse segmento era simpático ao capitão.

Veja bem/ Se o projeto de regulamentação do trabalho desses entregadores der certo, há quem diga que será mais um "perdeu, mané".

Tudo é culpa do Renan/ Passado o susto da internação do presidente da Câmara, Arthur Lira, por causa de pedras nos rins, os aliados dele brincavam: "Isso é praga do Renan". Lira e o senador Renan Calheiros são adversários ferrenhos em Alagoas. O governo torce, aliás, para que a briga fique apenas no solo alagoano.



Os sete crimes dos golpistas

Alexandre de Moraes espera concluir até amanhã a análise dos depoimentos dos presos pelos ataques aos Três Poderes

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai finalizar até amanhã a análise de 1.459 atas de audiências de custódia dos presos pelos atos terroristas em Brasília, em 8 de janeiro. Até a última atualização divulgada, o magistrado converteu 354 prisões em flagrantes para preventivas, e liberou com medidas cautelares 220 investigados de participação na invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e da Suprema Corte.

Moraes citou que as condutas são gravíssimas, que podem ser enquadradas em, pelo menos, sete crimes. Segundo o gabinete do ministro, os extremistas afrontaram a manutenção do Estado Democrático de Direito, em "evidente descompasso com a garantia da liberdade de expressão".

No caso dos 140 extremistas que foram mantidos na cadeia, o ministro converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva, que não tem prazo para terminar. Em nota, Moraes justificou a medida como necessidade de garantir a ordem pública e "a efetividade das investigações".

Para o magistrado, há evidências de que os 140 presos cometeram os seguintes crimes: atos terroristas, inclusive preparatórios; associação criminosa; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; ameaça; e incitação ao crime.

O ministro considera haver provas suficientes da participação "efetiva" dos investigados em uma organização criminosa com o intuito de desestabilizar as instituições democráticas. Ele também apontou a necessidade de investigar os financiadores dos atos de vandalismo, por meio de pagamento de passagens e manutenção dos radicais em Brasília.

Desde as prisões em 8 e 9 de janeiro, foram feitas até terça-feira, sob coordenação da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 1.459 audiências de custódia — 946 por magistrados do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e 513 por juízes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). As decisões do STF estão sendo remetidas ao diretor do Presídio da Papuda e ao diretor da Polícia Federal. A Procuradoria-Geral da República (PGR), a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão sendo notificadas sobre as decisões de Moraes.

Ton Molina/AFP



Prisão de golpistas na Praça dos Três Poderes: futuro deles será decidido até amanhã por Alexandre de Moraes

Tornozeleiras

Sobre as 60 pessoas que foram liberadas, Moraes explicou que, embora haja indícios do cometimento de crimes, ainda não foram anexados documentos às investigações a respeito da prática de violência, invasão dos prédios e depredação do patrimônio público. O ministro impôs, porém, medidas cautelares como uso de tornozeleira eletrônica, proibição do uso das redes sociais, proibição de ausentar-se da cidade, recolhimento domiciliar à noite e nos fins de semana, obrigação de apresentar-se à Justiça, proibição de deixar o país, e entrega de passaportes em até cinco dias.

MPF conclui mutirão de audiências

O Ministério Público Federal (MPF) finalizou as audiências de custódia de 1.410 pessoas suspeitas de participar dos atos terroristas em 8 de janeiro. Os promotores e procuradores enviaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedidos de prisão preventiva, de liberdade provisória com cautelares e de relaxamento de prisão.

O comando das investigação sobre os atos golpistas está com o ministro Alexandre de Moraes. Até amanhã, o magistrado deve avaliar todas as ações. Foram mobilizados 106 procuradores da República e 103 servidores do MPF para participar das audiências de custódia, feitas em regime de mutirão.

Com o MP, foram 728 pedidos de conversão em prisões preventivas, 289 de liberdade provisória com imposição de medidas cautelares diversas e 14 de relaxamento de prisão. Desse total, Moraes transformou 354 detenções temporárias em preventivas e liberou 220 pessoas envolvidas na destruição das sedes dos Três Poderes.

O MPF também está investigando uma suposta ligação entre ataques a torres de transmissão de energia e os atos terroristas em Brasília. No dia do vandalismo, pelo menos quatro torres foram derrubadas (três em Rondônia e uma no Paraná) e 12 danificadas (quatro no Paraná, duas em São Paulo e seis em Rondônia).

O coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, Carlos Frederico Santos, enviou, na terça-feira, ofício ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Neto, no qual solicita informações e eventuais elementos de prova sobre os casos.

No âmbito da 1ª instância, já há duas investigações em curso. No Paraná, foi aberto inquérito policial para apurar a derrubada de uma torre de transmissão no interior do estado. Em Rondônia, o MPF instaurou uma notícia de fato para apurar ocorrências nos municípios de Rolim de Moura, Itapuã do Oeste e Vilhena, cidades com forte presença de madeireiros e garimpeiros.

Na terça-feira, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, se reuniu com representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Aneel e das empresas de transmissão. Após o encontro, Silveira disse que os atos terroristas terão "resposta e punição rigorosas". "O que podemos dizer é que, pelo fato de vários eventos convergirem, nós entendemos, por bem, sermos proativos e nos adiantarmos a possíveis problemas mais graves, usando todos os instrumentos de vigilância que o Estado possui", acrescentou. (**LP**)